

# Inflação nos Açores sobe para 1,5%

A taxa de inflação média nos Açores subiu para 1,05%, no país foi de 1,82%.

A taxa de variação homóloga foi de 1,46%, sendo a nacional de 4,19%.

A taxa de variação mensal foi de -0,26% nos Açores e 0,37% no país.

Segundo divulgou ontem o SREA, a taxa de variação média dos últimos doze meses, terminados em fevereiro, do Índice de Preços no Consumidor, "Total", subiu para 1,05%.

As maiores variações médias positivas verificaram-se nas classes "Transportes" (5,81%), "Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis" (1,56%), "Bebidas alcoólicas e tabaco" (1,45%) e "Vestuário e calçado" com 1,44%. Relativamente às variações médias negativas, as classes que apresentaram maiores variações foram as de "Educação" e "Restaurantes e hotéis" respetivamente, com

-6,68% e -2,70%.

A taxa de inflação nacional foi de 1,82%.

A taxa de variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor, "Total" de fevereiro, situou-se nos 1,46%, descendo 0,12 pontos percentuais em relação à taxa divulgada no mês anterior.

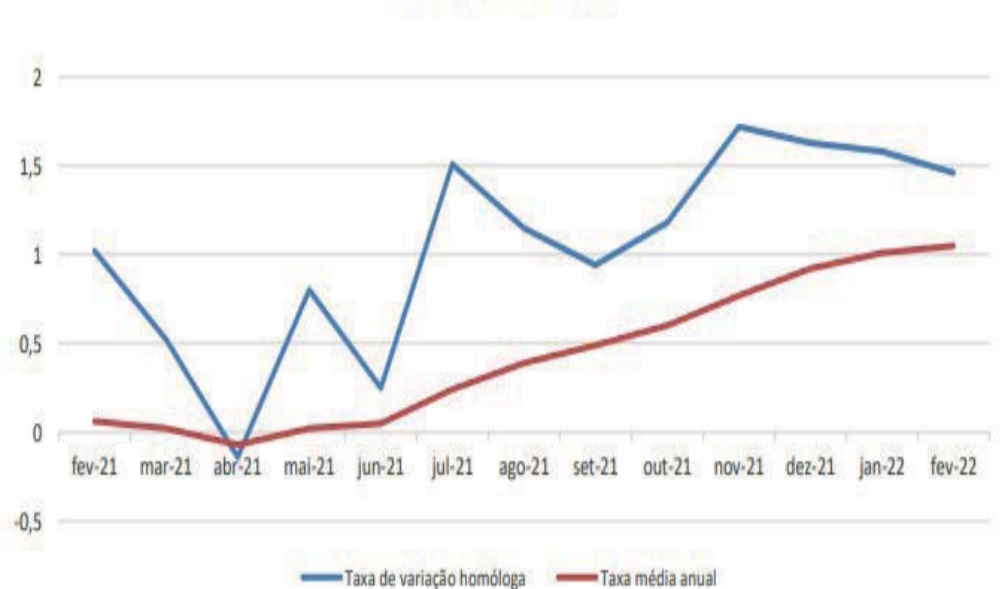
A taxa homóloga a nível nacional foi de 4,19%.

A taxa mensal do índice de fevereiro, "Total", foi de -0,26%, subindo 0,23 pontos percentuais em relação ao mês de anterior.

A classe "Restaurantes e hotéis" com 1,05%, foi a que mais se realçou no sentido da alta, enquanto no sentido da baixa temos a classe "Vestuário e calçado" com -9,36%.

A taxa mensal a nível nacional foi de 0,28%.

Gráfico 1 - IPC - Total



## Governo dos Açores pondera mexer no ISP

O Governo dos Açores está a refletir sobre como enfrentar a crise económica decorrente da guerra na Ucrânia, admitindo mexer no Imposto sobre Produtos Petrolíferos (ISP) e prolongar ou adaptar medidas criadas no âmbito da pandemia de Covid-19.

"Usar o ISP (Imposto sobre Produtos Petrolíferos, que o Governo da República vai baixar para travar o aumento dos combustíveis no continente) como amortecedor merece reflexão. A reflexão está a ser feita, no fórum próprio. Para além do diálogo, o Presidente do Governo Regional já convidou o CESA (Conselho Económico e Social dos Açores) para reunir", indicou o secretário Regional de Finanças, Joaquim Bastos e Silva.

O governante falava durante o debate de urgência no parlamento regional convocado pelo PPM sobre "medidas e propostas" face às consequências, nos Açores, do conflito na Ucrânia.

Durante a discussão, Vasco Cordeiro, ex-presidente do Governo e deputado do PS, pediu dados concretos, avisando que a região vai "entrar numa tempestade" sem "marinhagem, nem comandante" para o barco.

Na resposta, o vice-presidente do Governo Regional, o democrata-cristão Artur Lima, assegurou que, "sem precipitações", o executivo está a "trabalhar organizadamente", também para ultrapassar impactos económicos na vida dos açorianos.

"Eu diria (que os Açores terão capacidade para acolher) entre 250 e os 500 refugiados (da Ucrânia). Mas, não tínhamos nenhuma reserva habitacional. Estamos a trabalhar", disse Artur Lima, reconhecendo que os açorianos "também vão sofrer com a guerra" e vão "passar dificuldades".

No final da discussão, Vasco Cordeiro lamentou que tenha sido "uma discussão do sexo dos anjos".

"Medidas não tivemos nenhuma e respostas tivemos bem poucas. Precisamos de medidas concretas. Não é de análise. Do ponto de vista concreto, o que está a fazer", questionou.

Sobre o investimento em energias

renováveis referida pelo deputado socialista na discussão sobre a crise energética, Paulo Estêvão do PPM assegurou que, embora não tenha sido no tempo do PS, será "feito agora, com este comandante e por esta marinhagem".

"O Governo está a preparar uma resposta efetiva", disse.

Pelo CDS-PP, Catarina Cabeceiras defendeu que a região deve "prosseguir o caminho de maior autonomia energética e alimentar", enquanto António Lima, do BE, aconselhou a que se acelere a transição energética e diversifique a economia, garantindo apoios às empresas e à manutenção de rendimentos e postos de trabalho.

Nuno Barata, da IL, classificou a atual conjuntura internacional como uma "oportunidade de refazer a agricultura e economia" dos Açores, encontrando "novos mercados" para os laticínios ou as conservas e fazendo, "definitivamente", a transição energética.

Para João Bruto da Costa, do PSD, o "plano humanitário" deve ser a "prioridade", tendo o deputado social-democrata apelado para que não sejam apresentadas medidas apenas porque "podem ser populares" e defendendo que se repensem "medidas usadas no combate à pandemia".

Pedro Neves, do PAN, criticou os governos por "não acautelarem a soberania alimentar açoriana", considerando que se vai "sempre atrás do prejuízo".

"O PS não fez nada durante 24 anos sobre a soberania alimentar, nem sobre a diversificação hortícolas e frutícolas", salientou.

Para José Pacheco, do Chega, o "foco tem de estar nas pessoas", apontando para um "problema ideológico nos combustíveis" porque o Estado "impõe imposto sobre imposto".

O independente Carlos Furtado apontou como "urgência maior" o "problema grave que são os refugiados da Ucrânia".

### Voto de protesto contra Ventura

O parlamento açoriano aprovou, com

os votos do PS, BE, PAN, Chega e IL, o voto de protesto deste partido pelas declarações do secretário regional da Agricultura sobre o Instituto do Vinho a "descredibilizar o papel dos deputados".

Na sessão plenária, num momento dedicado ao tratamento de assuntos políticos, os partidos da coligação de Governo (PSD/CDS-PP/PPM) votaram contra o protesto do deputado único da Iniciativa Liberal (IL), mas faltou-lhes o apoio do deputado do Chega e o deputado independente Carlos Furtado não estava na sala no momento da votação.

Com 30 votos a favor e 26 contra, foi aprovado o voto de protesto "pelas declarações do Secretário Regional da Agricultura, desmerecendo e descredibilizando o papel dos deputados regionais e o trabalho deste parlamento relativo à criação do Instituto da Vinha e do Vinho dos Açores, lamentando que o titular da pasta da Agricultura tenha preferido fazer tábua rasa das palavras do seu Presidente do Governo quanto à importância da renovada centralidade desta Assembleia".

No protesto ontem aprovado, considerou-se que as declarações de António Ventura passam "um atestado de incompetência ao parlamento".

O documento descreve que o secretário regional indicou, em declarações à comunicação social: "Se apresentámos uma proposta e a nossa proposta saiu diferente (no parlamento), consideramos que a nossa proposta tinha razão de ser".

De acordo com a IL, Ventura indicou ainda que, "se a prática o exigir, o assunto pode regressar à Assembleia Legislativa", acrescentando que "todos vamos avaliar se este é o IVV que corresponde às necessidades da vitivinicultura e da promoção dos vinhos dos Açores".

Paulo Estêvão, do PPM, considerou não haver gravidade nas declarações do governante, disse que o voto da IL se "atira a toda a gente" e criticou que aquela representação parlamentar se apresente como a "única impoluta".

O deputado único do PAN, Pedro Ne-

ves, referiu que Ventura considera que, "por vezes, a democracia não dá jeito", apenas "porque não gostou que haja um conselho consultivo" no IVV.

"Apesar de a democracia não dar jeito de vez em quando, esta assembleia tem de ser plural e temos de ser coerentes quanto ao que diz o Presidente do Governo relativamente à pluralidade do parlamento. Foi assim que os açorianos decidiram - por uma pluralidade maior no parlamento", frisou.

José Pacheco, do Chega, afirmou que "a pluralidade do parlamento não serve apenas para suportar o governo, também serve para criticar".

"Vou aprovar este voto porque acho que a democracia é isto. Se queremos que o parlamento seja central, pois que seja central. Lendo as citações, também fiquei desconfortável", frisou.

"Da parte do Chega, se é para dizermos 'Ámen', então transformemos isto numa igreja, não num parlamento", acrescentou.

Pelo PSD, João Bruto da Costa observou que o voto de protesto parecia significar que "fora do parlamento, após uma proposta aprovada por unanimidade, os membros do Governo têm de ficar de bico calado".

"O que este voto pretende fazer é censura sobre a opinião de membros do governo", alertou.

António Lima, do BE, indicou existirem "motivos para protestar contra as declarações do secretário".

Miguel Costa, deputado do PS, considerou que, nas declarações, António Ventura "diz que parlamento desvirtuou o diploma".

"É assim que este governo considera esta assembleia. É um Governo que continua a dizer uma coisa e a fazer o seu contrário. Acredito que nenhum deputado possa, em consciência, votar contra este voto de protesto", disse.

Rui Martins, do CDS-PP observou ser "normal que o secretário esteja seguro de que a sua proposta seja a solução", notando que "nada, nas declarações do secretário, diz que o parlamento subverteu a proposta inicial".